

A POBREZA E A RIQUEZA NA REGIÃO AMAZÔNICA E A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: o Estado do Amazonas em foco

Dayana Cury Rolim¹

RESUMO

O presente artigo aborda as contradições entre a pobreza e a riqueza e a contribuição da política de assistência social no Estado do Amazonas. O Brasil é fruto de um conjunto de paradoxo, entre pobreza e riqueza, a vida amazônica é fruto desse processo sendo também acompanhada pelos benefícios e malefícios gerados pelo mundo globalizado. Na atualidade Manaus, capital do Estado convive com as contradições da nova ordem capitalista onde visualiza-se a justaposição entre a riqueza e a pobreza. Manaus possui a 6º maior economia do Brasil, contudo, a riqueza gerada pelo PIB não está sendo transferida para a população.

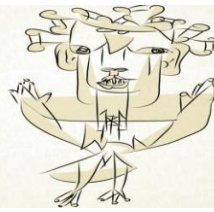
Palavras-chaves: Pobreza. Riqueza. Amazônia. Política de Assistência Social.

ABSTRACT

This article discusses the contradictions between poverty and wealth and the contribution of social assistance policy in the State of Amazonas. Brazil is the result of a set of paradox between poverty and wealth, the Amazon life is the result of this process is also accompanied by the benefits and harms generated by the globalized world. In today Manaus, the state capital live with the contradictions of the new capitalist order which displays the juxtaposition between wealth and poverty. Manaus has the 6th largest economy in Brazil, however, the wealth generated by the GDP is not being transferred to the population.

Keywords: Poverty. Wealth. Amazon. Social Assistance Policy.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dayana.rolim@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma das regiões mais complexas do mundo, que não se resume apenas em biodiversidade, mas existe povos e culturas, que de acordo com Gilberto Freyre *apud* Bastos (2014) os aspectos social e cultural da Amazônia não é definida pela bacia hidrográfica do Amazonas ou pela flora equatorial, mas pela presença de uma sociedade que se distingue pela unidade da cultura.

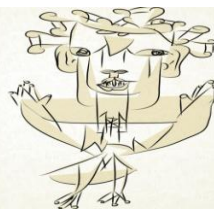
Contudo, em face das contradições engendradas pelo movimento do capital na região amazônica em um contexto de acumulação capitalista contemporânea, observa-se o empobrecimento da população em meio a riquezas naturais da região, destacando-se a chamada questão social.

Na Amazônia a população possui níveis de pobreza elevada e qualidade de vida muito baixo, sobre essa questão Henriques (2000) analisa que a Amazônia brasileira reproduz duas características da desigualdade e pobreza no Brasil, sendo a primeira, é que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, cuja origem da pobreza não reside na escassez de recursos. A segunda característica diz respeito a concentração de renda.

É desse modo que discutiremos o paradoxo entre a pobreza e a riqueza no estado do Amazonas e a importância da Política de Assistência Social na região amazônica a qual é marcada por extensas riquezas e belezas naturais e, ao mesmo tempo, pelo quadro de pobreza econômica e miséria social. São, portanto, realidades antagônicas que provocam revoltas principalmente quando são analisados a arrecadação do Produto Interno Bruto (PIB) de algumas cidades da Amazônia com boa arrecadação e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentre os piores.

A Política Nacional de Assistência Social ao reconhecer a dinâmica demográfica e socioeconômica associada aos processos de exclusão e inclusão, vulnerabilidade aos riscos pessoais e sociais em seus diferentes territórios, sempre foi espaço privilegiado para operar benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza.

Na Política de Assistência Social fica expresso que as desigualdades não são apenas sociais, mas territoriais, destacando-se a alta taxa de urbanização, principalmente nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles, os quais passaram a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, da presença crescente do desemprego e da informalidade, de violência, de espaço



da exclusão social, estando muitas famílias expostas as situações de risco e vulnerabilidade.

2 Pobreza e riqueza na região Amazônica: elementos para a reflexão.

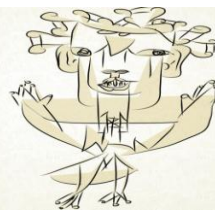
A questão social na Amazônia se evidenciou a partir do processo de descolonização com a formação de um mercado de trabalho dependente em condições extremamente precárias. A estratégia da classe dominante tinha o objetivo de garantir a fixação do trabalho nômade do caboclo onde a prática produtiva estava extremamente vinculada ao extrativismo vegetal e à pesca, havendo assim muitas vezes lutas contra a imposição do trabalho compulsório.

Nesse sentido, a questão social no meio amazônico significa o conjunto de fenômenos relativos à fragmentação das esferas política, econômica e social constituída na dinâmica antagonista da relação entre capital e trabalho (BARBOSA, SÁ, 2009).

As políticas de desenvolvimento adotadas na Amazônia ao longo do tempo acabaram acirrando as disparidades e as exclusões dos grupos sociais rurais locais. Embora as tentativas de conter ou minimizar os problemas sociais estivessem presentes em diferentes estratégias governamentais, contraditoriamente, a pobreza, a marginalidade e a exclusão tornaram-se cada vez mais presentes na perspectiva do desenvolvimento adotado ao campo e às cidades brasileiras. A iniciativa de impedir o avanço da pobreza e da marginalidade tomou corpo em políticas de alcance social focadas no fortalecimento da cidadania e da democracia.

De acordo com Yazbek (2012) a pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para o seu enfrentamento. Nessa história, não se pode esquecer o peso da “tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade”.

De acordo com Diniz *et al* (2010) a pobreza relativa da Amazônia pode ser representada em termos da riqueza representada, em termos do comportamento da riqueza agregada da região, frente as demais regiões do país, o que pode ser realizado a partir dos estados que a compõem. Mas, pode ser feito, ainda, comparando a posição relativa quanto a diversos indicadores sociais, dos cidadãos residentes nos estados da região, em contraposição aos cidadãos residentes aos estados pertencentes as demais regiões do país. Em quaisquer dos casos, fica evidente a posição desfavorável da Amazônia brasileira, uma pobreza, em meio a abundância.



O que vem a contribuir também com o empobrecimento da região é a extração predominante das riquezas naturais que tem refletido diretamente na reprodução da pobreza econômica, exclusão social e degradação ambiental, onde tem sido cenário não só do meio rural, mas também nas cidades. A extração e exploração insustentável dos recursos naturais tem priorizado o lucro imediato e sem considerar culturas locais e dinâmicas naturais que regem os ecossistemas.

Com o advento da borracha no século XIX, a Amazônia foi, pela primeira vez, afetada por propósitos claramente econômicos. O período áureo da borracha nesta região foi entre 1870 e 1912, sendo a riqueza e prosperidade tão abundante que as suas duas principais cidades na época, Belém e Manaus, eram importadoras de moda, comportamento social e cultural europeus.

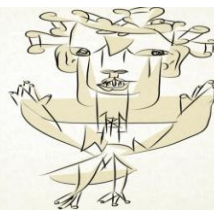
Vários projetos para o desenvolvimento da Amazônia foram lançados após a crise da borracha, contudo, apenas na década de 1970 houve uma perspectiva de desenvolvimento com a criação da Zona Franca de Manaus que representou um novo impulso na economia do estado do Amazonas, assim como revelou mudanças não só na paisagem, mas também nas condições e no modo de vida da população.

(...) a cidade que estava estagnada desde a crise da borracha, começou a enfrentar novos sobressaltos com as inovações ocasionadas a partir da criação da Zona Franca de Manaus. As mudanças não atingiram apenas a paisagem da cidade, mas, e principalmente, o modo de vida das pessoas que estava baseado no extrativismo, coleta da borracha, castanha, sorva, batata e tantos outros produtos, passando a ser influenciado por nova forma de produção baseada nas fábricas do Distrito Industrial e no livre comércio (OLIVEIRA, 1998, p.25).

Com grande oferta de empregos nas indústrias da Zona Franca de Manaus, a cidade foi elevada a um crescimento descomunal que acompanha a falta de infraestrutura, tal situação vem causando ao longo do tempo, sérios impactos regionais, principalmente pela ausência de políticas públicas que venham garantir o atendimento adequado aos novos habitantes da capital do Estado, além do considerável esvaziamento da Zona Rural.

De acordo com dados do Instituto do Homem e meio Ambiente Amazônico- IMAZON (2013) ocorre baixíssima qualidade de vida nos estados amazônicos. Na região que mais tem recursos hídricos no mundo, o acesso à água potável e o saneamento básico são serviços precários. Em 2009, 34% da população não tinha água encanada. A metade não possuía coleta de esgoto adequada, e 81% dos municípios amazônicos não tinham nenhuma rede de coleta de esgoto.

O IMAZON também constatou que embora tenham sido registrados progressos na maioria dos indicadores sociais analisados de 1990 a 2009 na Amazônia, a melhora é tímida e está muito a baixa da média nacional. Na Amazônia ainda há taxas de violência e doenças muito graves e precariedade em serviços básicos. Contudo, constatou-se que a pobreza



extrema diminuiu com a inserção de 1,9 milhão de famílias no programa Bolsa Família e aumento na taxa de frequência escolar. Mas o que ainda se pode constatar é que a riqueza gerada na região não está sendo revestida em capital social.

O Amazonas, é considerado um Estado isolado geograficamente, por possuir apenas uma única rodovia que faz a ligação de sua capital às demais regiões do país. Contudo, a BR 319, que liga Manaus a Porto Velho é intrafegável, mantendo o isolamento do Estado via terrestre. Nesse cenário, poucos municípios do Estado têm ligação com a capital Manaus via terrestre, tendo a grande maioria o acesso a bens e serviços dificultado por viagens de barcos que podem durar até dezenove dias.

Tais distintivos fazem com que a maioria dos municípios tenha alto percentual de pessoas ainda na situação de extrema pobreza. O Estado do Amazonas também carece de investimentos em educação, saúde e infraestrutura, os quais são indicadores de medidas de pobreza. Desse modo, analisa-se que devido as suas dimensões geográficas e pela renda altamente concentrada na capital Manaus, nota-se a formação de agrupamentos de municípios pobres rodeados por pobres e ricos.

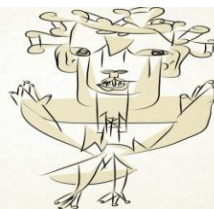
No estado do Pará a realidade não é diferente, pois em sua extensão territorial destaca-se uma abundância geológica marcada por uma quantidade e qualidade de recursos minerais. A exploração destes recursos, transformados em riqueza, pela ação do homem, acaba por condenar à pobreza a grande maioria da população do estado (NASCIMENTO, 2009).

Nascimento ainda afirma que:

Apesar do volume das riquezas produzidas no estado do Pará, a população local não tem sido beneficiária destes investimentos produtivas e, muito menos, dos seus lucros exorbitantes. A eles não correspondeu um volume de investimentos nos setores sociais, a partir das arrecadações estaduais. Muito pelo contrário, os processos desencadeados na região amazônica e, em especial, no estado do Pará, têm contribuído muito para deteriorar as condições de vida e trabalho das populações expropriadas dos seus meios de sobrevivência pela ação dos grandes projetos. Na contramão da riqueza produzida no estado do Pará, encontra-se uma população empobrecida. O Índice de Desenvolvimento Humano do Pará situa-se na 20ª posição dentre os estados da federação (2009, p.03).

Diante do hiperdimensionamento da pobreza a complementação da renda familiar ganha maior visibilidade frente à nova performance da produção capitalista, geradora de desemprego massivo, de uma economia informal expandida e, conseqüentemente, produtora de antigos e novos pobres que dependem cada vez mais da intervenção do Estado.

Enquanto componente da Seguridade Social, a assistência social, no campo dos direitos deve prevenir as situações de vulnerabilidades e riscos sociais, contribuindo para a melhoria nas condições de vida e de cidadania da população pobre mediante o provimento



público de bens e serviços básicos como direito de todos possibilitando o acesso principalmente dos segmentos sociais que estão à margem dos frutos do progresso.

3 Pobreza e riqueza no Estado do Amazonas: desafios para a Política de Assistência Social.

A vida amazônica não é alheia aos benefícios e malefícios gerados pelo mundo globalizado, participa ativamente deste processo, a Amazônia se modifica a cada dia. A globalização da esfera econômica originou também uma nova configuração no contexto social, econômico e político nos estados da região amazônica.

No Brasil, e em particular no estado do Amazonas, a década de 1990 presenciou profundas transformações com o advento do receituário neoliberal que desencadeou uma onda enorme de precarização do trabalho, desregulamentações dos direitos sociais, exclusão social, desigualdade social e empobrecimento de grande parte da população.

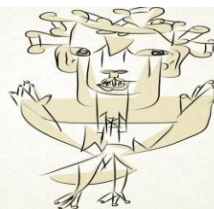
No Estado do Amazonas o desemprego passou a ser visível na década de 1990 com a abertura de mercado, no governo neoliberal de Collor de Melo, que expôs a indústria brasileira à competitividade do mercado internacional, tendo a mesma que passar por um intenso processo de reestruturação produtiva.

De acordo com Silva (2000), em 1990 as empresas do Distrito Industrial de Manaus-DIM abarcavam 76.798 mil operários, entretanto, até setembro de 1999 registrava-se apenas 36.712 mil postos de trabalho, demonstrando que “através dos números apresentados pelos órgãos oficiais, os postos de trabalho foram reduzidos em 53%, significando a perda de 40 mil vagas no mercado de trabalho concernente ao DIM” (idem, p.161).

A expansão do desemprego e a precarização do trabalho levou há um aumento da demanda por assistência social, a qual (...) “passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social” (MOTTA, 2008, p.144).

O Estado do Amazonas possui uma população de 3.483.985, sendo 2.755.490 residindo na área urbana e 728.495 residindo na área rural. Possui uma área territorial de 1.570.745.680km², localiza-se na região norte do Brasil, e apresenta a segunda maior população dentre os Estados dessa região e compõe-se de 62 municípios (SEPLAN, 2013).

Atualmente o Estado do Amazonas possui o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB) da região norte do Brasil, e Manaus sua capital, é o município com o maior PIB da região norte e o 6º maior do Brasil, contudo, Manaus concentra 25% de toda a economia do Norte brasileiro.



Segundo Silva (2010) a pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda no mundo apesar do declínio que vem registrando.

Em 2009, cinco municípios do Estado do Amazonas concentravam cerca de 87% do PIB do Amazonas, a saber: Manaus, Coari, Itacoatiara, Parintins e Manacapuru. Todavia, a concentração de riquezas entre os municípios do Amazonas é verificada em torno da capital (IBGE, 2011).

Analisa-se também que o fato de o PIB *per capita* de uma cidade ser alta não significa que a riqueza seja transferida para a população, como exemplo temos a cidade de Coari que concentra o segundo melhor PIB do Estado, mas se encontra na terceira posição no Ranking da extrema pobreza no estado, ficando atrás apenas da capital Manaus e São Gabriel da Cachoeira, denotando uma altíssima concentração de renda no município.

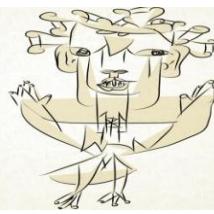
Essa concentração de renda faz com que os municípios do Estado, principalmente os de pequeno porte sofra com pouco desenvolvimento e como consequência, muitas famílias convivem com processos de extrema pobreza, contribuindo para um péssimo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

De acordo com dados do Tesouro Nacional (2013), os municípios mais pobres do Amazonas e que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos são os que menos receberam recursos do governo federal. Os recursos do governo federal concentram, principalmente, o Fundo de Participação do Município (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Como exemplo, pode-se citar a cidade de Atalaia do Norte, com terceiro pior IDH do Brasil, e com receita anual de R\$ 27 milhões, recebeu, em 2013, R\$ 14,5 milhões de transferências obrigatórias do governo federal. Já a cidade de Parintins, o segundo melhor IDH do Amazonas e receita de R\$ 152 milhões em 2012, foi beneficiada com R\$ 70 milhões. E assim segue-se o exemplo com outros municípios com baixo IDH e médio IDH (ONU, 2013).

Poucos municípios do Estado têm ligação com a capital Manaus via terrestre, tendo a grande maioria o acesso a bens e serviços dificultado por viagens de barcos que podem durar até dezenove dias.

Esses obstáculos unidos a concentração de renda e ao descaso dos governantes dificultam ainda mais o desenvolvimento do Amazonas, fazendo com que a maioria dos municípios tenha alto percentual de pessoas com rendimentos abaixo da linha de pobreza. Por suas dimensões geográficas e pela renda altamente concentrada na capital Manaus, nota-se a formação de agrupamentos de municípios pobres rodeados por pobres e ricos.



Diante deste cenário, “a política de assistência social, via transferência de renda, tem se constituído um elemento de acesso a bens e serviços circunscritos no circuito de compra e venda de mercadorias” (SITCOVSKY, 2008, p.155). A parcela da população que não tiver suas necessidades atendidas via mercado de trabalho, tenderá a tornar-se usuário da Assistência Social.

Entende-se que o Estado capitalista na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho amplia o campo de ação da assistência social por entender que através desta política se pode encontrar solução para combater a pobreza e as múltiplas expressões da questão social. Seguindo esta lógica, o público da assistência social deixa de ser apenas os pobres, miseráveis e inaptos ao trabalho e passa a incluir os desempregados, os trabalhadores precarizados e os desqualificados para o trabalho e, estes, dependendo dos critérios, passam a ser incluídos nos programas de transferência de renda (MOTA, 2008).

Evidencia-se na atual conjuntura a centralidade alcançada pela Política de Assistência Social no âmbito da Seguridade Social impulsionada pela força do lema de combate à pobreza via expansão dos programas de transferência de renda, e da dimensão que o Programa Bolsa Família vem adquirindo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social como um mecanismo de proteção social às famílias vulneráveis.

De acordo com o índice de desenvolvimento familiar, o estado do Amazonas apresenta um índice de 0,52, apresentando as variáveis mais baixas em relação ao acesso ao conhecimento com 0,39, acesso ao trabalho com 0,18 e acesso a recursos com 0,4 (Censo SUAS 2013). Diante desses dados, nota-se que parte da população do Amazonas convive com situações de pobreza e vulnerabilidades sociais, fazendo parte da estatística dos 10 estados mais pobres do Brasil.

De acordo com registros de outubro de 2014 do Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CADSUAS), o Estado do Amazonas possuía 598.942 famílias registradas no Cadastro Único nos 62 municípios e 358.516 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (37, 37% da população do estado).

O Cadastro Único não pode ser apenas um instrumento de acompanhamento e controle das transferências de renda, mas deve ser a base para ação de serviços assistencial que definam estratégias de superação da pobreza para as famílias atendidas. Ele se constitui na ferramenta fundamental para mapear necessidades e garantir o acesso afetivo aos serviços públicos universais (ROCHA, 2013).

Dados de outubro de 2014 registram cerca de 648.694 pessoas em situação de extrema pobreza. De acordo com o CADSUAS (2014) ainda existem famílias extremamente pobres que não foram encontradas para inserção no Cadastro Único, o que impossibilita seu



acesso a uma série de programas, entre eles o Bolsa Família. Daí a necessidade de ações mais integradas e eficazes de busca ativa.

Para Rocha (2013) as transferências de renda não podem e não devem ser vistas como um fim em si, que reduz a pobreza e a desigualdade de imediato. Constituem apenas um dos mecanismos de um sistema mais amplo visando apoiar as famílias beneficiadas nas suas necessidades específicas, de forma a romper o círculo vicioso da pobreza, o que remete à questão das portas de saída.

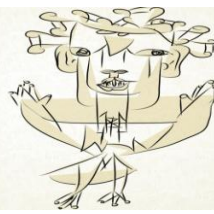
Embora a ação básica do Bolsa Família seja a transferência de renda monetária, o mesmo enfatiza a necessidade de articulação com outros programas nas áreas de educação, saúde, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda, microcrédito, entre outros, visando favorecer a autonomização das famílias beneficiárias.

O IPEA (2011) avalia que a atual abrangência da política social brasileira na atualidade, tem papel de “alavancar a economia”, dinamizando a produção e o consumo, estimulando o emprego, multiplicando a renda e reduzindo a pobreza e a miséria, incidindo positivamente sobre a arrecadação do próprio governo, e finalmente, elevando a renda e o consumo das famílias e o PIB. Assim, os gastos das políticas sociais se convertem em benefícios de caráter estritamente econômico.

Os beneficiários do Programa Bolsa Família são prioritários no âmbito da Proteção Social Básica, a qual tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, atende a população através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que se destina à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos.

De acordo com o Censo SUAS (2014) o Estado do Amazonas possui 90 CRAS distribuídos entre os 62 municípios e apenas 11 municípios que ofertam o Programa ACESSUAS² Trabalho. No ano de 2013 foram registradas 18.451 famílias sendo acompanhadas no CRAS através do Programa de Atenção Integral à Família, sendo que destas famílias 932 encontravam-se em situação de extrema pobreza.

² O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS/TRABALHO - busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da articulação e da mobilização à integração ao mundo do trabalho. Possui, ainda, estreita articulação com foco no Plano Brasil Sem Miséria, com a promoção de estratégias, ações e medidas de enfrentamento à pobreza, por meio de mobilização de usuários; monitoramento da execução das ações do Programa e articulação com diferentes parceiros e políticas públicas. O Programa refere-se às ações de articulação, mobilização, encaminhamento e monitoramento dos usuários aos cursos de formação inicial e continuada em parceria com o PRONATEC (MDS, 2014).



Segundo dados da Secretaria de Estado da Assistência Social do Amazonas (2013), os dez municípios do interior do Estado com as piores situações de extrema pobreza no Estado do Amazonas são os seguintes: São Gabriel da Cachoeira, Coari, Barcelos, Itacoatiara, Manacapuru, Careiro, Atalaia do Norte, Humaitá, Santa Isabel do Rio Negro, Lábrea. São domicílios com renda abaixo de 70,00 e sem renda.

Todos esses municípios possuem Centros de Referência da Assistência Social que trabalham na perspectiva de incluir as famílias nos serviços, programas e projetos, direcionando-os também ao acesso a bens e serviços sociais. Contudo, na grande maioria desses municípios os serviços são ofertados de forma precarizada, mas não deixam de ser canais onde se pode ter uma perspectiva de inclusão social e uma ponte ao acesso aos programas federais.

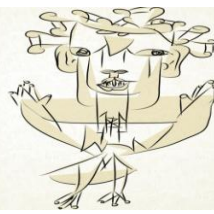
Já o Serviço Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas (MDS, 2014).

Os atendimentos da Proteção Social Especial ocorrem no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Até o ano de 2013 o Estado do Amazonas possuía 41 CREAS.

Para Silva (2010) os gastos sociais, mesmo se ampliando, precisam chegar melhor aos mais necessitados, e as políticas sociais carecem de maior articulação entre si e com a política macroeconômica de geração de emprego e de distribuição da renda socialmente produzida.

Diante das reflexões apresentadas fica claro que o intenso processo migratório do interior para capital ocorrido em decorrência do Polo Industrial de Manaus, e da concentração de renda na capital, as cidades do interior ficaram estagnadas e empobrecidas, necessitando cada vez mais de investimentos em políticas públicas principalmente no que tange à política de assistência social a qual tem uma grande importância para os territórios vulneráveis do estado do Amazonas. A oferta de serviços, planos, projetos e benefícios da política de assistência social deve revelar-se não somente nas circunstâncias, mas prioritariamente nas necessidades básicas humanas que se apresenta no chão dos territórios vulneráveis, sob as mais diversas necessidades inerentes às expressões da questão social do espaço amazônico.

4 CONCLUSÃO



Dentre os vários efeitos da política neoliberal a pobreza tem crescido enormemente principalmente nos países em desenvolvimento, a desigualdade é outro dado que tem se intensificado enormemente entre os próprios pobres. Assim, como produto das desigualdades geradas por essa ideologia vivencia-se cada vez mais uma sociedade menos integrada, onde se verifica também um grande retrocesso social principalmente com a incorporação de grupos sociais na condição de extrema pobreza.

Nesse sentido, a política de assistência social desempenha papel importante para o enfrentamento da chamada questão social do capitalismo, amenizando seus impactos e assegurando mesmo que de forma seletiva e precária a inserção de pessoas que estão vivenciando situação de extrema pobreza.

A expansão da assistência social se inscreve na órbita das transformações econômicas, políticas e sociais em curso na sociedade contemporânea para o atendimento das necessidades sociais. A grande maioria da população brasileira pobre é constituída por trabalhadores mal remunerados que ocupam postos pouco qualificados e carecem de um patamar constante de proteção social. A insegurança no mercado de trabalho, no emprego e na renda continuam a alimentar a pobreza e a remodelar as diversas formas de exclusão.

Diante das condições de vida e de trabalho do precariado e daqueles que vivem à margem da produção e do usufruto do progresso, o capital reforça a desigualdade social, evidenciando a polaridade entre a riqueza e pauperismo, o que se exige um aprofundamento no debate sobre a política social brasileira.

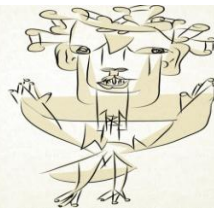
A modernização capitalista chega, portanto, ao espaço regional afetando todas as esferas da vida social amazonense. Manaus deixou para trás a cidade porto de lenha e seu velho passado extrativista. E na atual realidade convive com as contradições da nova ordem capitalista que engendra um caos urbano em que a riqueza e a pobreza justapõem-se numa estranha mistura (SCHERE, 2009).

Portanto, necessita-se de políticas públicas eficazes que se direcionem à justiça social, além de firmar compromisso com as especificidades da região amazônica e não apenas uma tentativa de resolver as desigualdades sociais com políticas compensatórias.

5 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria José de Souza, SÁ, Maria Elvira Rocha de. **A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o Estado do Pará em foco.** In: Sherer, Elenise (ORG.). *Questão Social na Amazônia.* Manaus: EDUA, 2009.

BASTOS, Élide Rugai. **A Amazônia de Gilberto Freyre.** In: *Vozes da Amazônia II.* Manaus: Valler e Edua, 2014.



BRASIL. **Relatórios de Informações Sociais**. In: Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

BRASIL. **Sistema de Cadastro do SUAS**. In: Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

CARVALHO, Aildon Dornellas de. **Amazônia**: Reflexo sobre a conquista e o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Imprensa técnica do parque de material de eletrônica da Aeronáutica, 2000.

DINIZ, Marcelo Bentes, *et all.* **A Amazônia legal está presa a um a armadilha da pobreza?** UFPA, 2010.

ENRIQUES et, al. **A instabilidade inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. In: IPEA, texto para discussão, 2000.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores sociais**, 2011.

IMAZON. Instituto do Homem e meio Ambiente Amazônico. **Índice de progresso social da Amazônia brasileira**. 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, **Boletim institucional**, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Questão Social e Serviço Social**: um debate necessário. In: O mito da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. **Riqueza e pobreza no estado do Pará**: produção e reprodução de expressões da “questão social” na região. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz, 2009.

OLIVEIRA, José Ademir de. **Manaus, a produção do urbano na periferia: transformações e permanências**. In: Amazônia em cadernos, Manaus, EDUA, nº4, out, 1998, p.233-260.

ONU, **Informações sociais da Organização das Nações Unidas no Brasil**, 2013.

PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, Perfil do municipal, 2013.

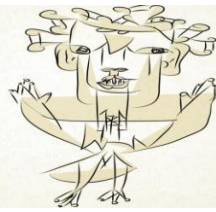
ROCHA, Sônia. **Transferências de renda**: o fim da pobreza? Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SCHERER, Elenise. **Vulnerabilidade social na cidade de Manaus**: o avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise. (org). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

SEPLAN. **Indicadores do Amazonas**. Governo do Estado do Amazonas, 2013.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNANDEZ, Ramón Garcia. **Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo**. In: Economia e Sociedade, Campinas, v.13, n.2 (23), p.107-131, julho a dezembro de 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Siva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. In: Ver. Katál. Florianópolis, v.13, n.2, p. 155-163, jul a dez de 2010.



SITCOVSKY, Marcelo. **Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil.**
In: O mito da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, p.288-322, 2012.